



LEI Nº494 /2022, DE 21 OUTUBRO DE 2022.

Publicado no diário da Prefeitura Municipal  
de São Salvador do Tocantins - TO  
Secretaria de Administração.

21 / 10 /20 22  
Reis Carlos Barbosa

*"Autoriza a reestruturação do Conselho Municipal  
de Educação de São Salvador do Tocantins- TO  
e dá outras providências."*

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO SALVADOR DO TOCANTINS, Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições legais e com base na Lei Orgânica deste Município, **FAZ SABER** que a Câmara Municipal **APROVOU**, e ele **SANCIONA** a seguinte **LEI Nº 494/2022**:

## CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

**Art. 1º** Fica reestruturado o Conselho Municipal de Educação – CME do Município de São Salvador do Tocantins- TO.

**Art. 2º** O Conselho Municipal de Educação de São Salvador do Tocantins, órgão colegiado de deliberação sobre a política educacional do município, tem por finalidade planejar, orientar e disciplinar as atividades do ensino público, exercendo as funções normativas, deliberativas, fiscalizadora e consultiva na esfera de sua competência.

## CAPÍTULO II DEFINIÇÃO DE COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES

**Art. 3º** Compete ao Conselho Municipal de Educação:

I - **Função Normativa:** A função normativa é uma decorrência da natureza legislativa que detêm os conselhos de educação, em que cabe ao Conselho, orientar e disciplinar a vida educacional, por meio de normas, diretrizes e indicações sobre atitudes e comportamentos, a saber:

a) elaborar seu Regimento Interno e reformulá-lo, quando necessário;

b) emitir autorização de funcionamento das escolas municipais;

c) emitir parecer sobre pedido de autorização de funcionamento das instituições de educação infantil da rede privada, particular, comunitária, confessional e filantrópica, observando as normas federais e desde que haja a implantação do Sistema Municipal de Ensino;

d) participar da elaboração, aprovar e avaliar o Plano Municipal de Educação, acompanhando sua execução;

e) emitir normas previstas na Lei nº 9.394/96, cuja normatização compete ao respectivo Sistema Municipal de Ensino – artigos 23 e 24;



f) estabelecer normas para o Sistema Municipal de Ensino atendendo às características regionais e respeitando as normas federais, tendo em vista o aperfeiçoamento educativo;

g) promover a discussão das políticas educacionais municipais acompanhando suas implementações e avaliações;

h) elaborar normas complementares para o Sistema Municipal de Ensino;

i) acompanhar e avaliar a qualidade do ensino no âmbito do Município, propondo medidas que visem a sua expansão e aperfeiçoamento;

j) promover e divulgar estudos sobre o ensino no Município, propondo políticas e metas para a sua organização e melhoria;

l) analisar e, quando necessário, propor alternativas para a destinação e aplicação de recursos relacionados ao espaço físico, equipamentos, material didático, e tudo que se refira ao desempenho do orçamento municipal para o ensino e a educação;

m) manifestar-se sobre a criação e expansão, no âmbito do município, de cursos de qualquer nível, grau ou modalidade de ensino;

n) sugerir normas especiais para que o ensino municipal atenda às características regionais e sociais locais, tendo em vista o aperfeiçoamento educativo, respeitando o caráter nacional da Educação;

o) elaborar relatório anual de suas atividades, com caráter avaliativo, encaminhando-o para o Conselho Estadual de Educação.

**II - Função Consultiva** - Versa sobre a exposição e o julgamento acerca de determinados assuntos, a saber:

a) implantar e implementar projetos, programas educacionais e experiências pedagógicas inovadoras, emanadas do Executivo e das Escolas;

b) sugerir ações no Plano Municipal da Educação;

c) promover medidas e programas para titular e/ou capacitar e atualizar os professores;

d) analisar projetos ou planos para a contrapartida do município em acordos e convênios com a União, Estado, Universidades ou outros órgãos de interesse da educação;

e) debater questões educacionais que lhe forem submetidas pelas escolas, SME, Câmara Municipal de Vereadores e outros órgãos;

f) manter intercâmbio com o Conselho Estadual de Educação.

**III – Função Deliberativa** – Discute e decide sobre:

a) Elaboração do seu Regimento Interno e Plano de Atividades;



- b) Criação, ampliação, desativação e localização das escolas municipais;
- c) Medidas para melhoria do fluxo e do rendimento escolar;
- d) Formas de relação com a comunidade;
- e) Opinar e acompanhar o processo de cessação, de atividades escolares de estabelecimento provados ligados a rede municipal de ensino;
- f) Acompanhar o processo de cessação, de atividades escolares de estabelecimento ligados da municipal de ensino;
- g) Opinar sobre o calendário escolar dos estabelecimentos do Sistema Municipal de Ensino, antes de seu encaminhamento para aprovação do órgão competente;
- h) Pronunciar-se sobre a regularidade de funcionamento dos estabelecimentos do Sistema Municipal de Educação;
- i) Opinar sobre recursos interpostos de atos de escolas do Sistema Municipal de Ensino;
- j) Promover a divulgação dos atos do Conselho Municipal de Educação no âmbito do Município;
- k) Promover a participação da sociedade civil no planejamento, no acompanhamento e na avaliação da educação municipal;
- l) Declarar vacância do mandato de Conselheiros ou Suplentes, nos termos expressos em seu Regimento Interno.

IV - **Função Fiscalizadora** - versa sobre a análise do "controle social", da "transparência" e da "busca da qualidade".

- a) Acompanhamento da transferência e controle da aplicação de recursos para a educação, no município;
- b) cumprimento do Plano Municipal da Educação;
- c) experiências pedagógicas inovadoras;
- d) desempenho do Sistema Municipal de Educação;
- e) acompanhar e avaliar a qualidade do ensino no âmbito do Município, propondo medidas que visem





a sua expansão e aperfeiçoamento;

f) acolher denúncia de irregularidade no âmbito do Sistema Municipal de Ensino, construindo, se necessário, Comissão para apuração dos fatos e encaminhamentos às conclusões, quando for o caso, às instâncias competentes;

g) manifestar-se sobre assuntos e questões de natureza educativa e pedagógica propostos pelo Poder Executivo Municipal ou outras instâncias administrativas municipais;

h) exigir o cumprimento do Poder Público para com o ensino, em conformidade com a Constituição Federal, artigos 34, 208, 211 e 212, Emenda Constitucional Federal 14/96, Constituição do Estado do Tocantins e Lei Orgânica do Município de São Salvador do Tocantins;

i) acompanhar e avaliar a chamada anual de matrículas, o recenseamento escolar, o acesso à educação, as taxas de aprovação/reprovação/evasão escolar e distorções idade-série;

j) acompanhar, analisar e avaliar a situação dos integrantes do magistério municipal, oferecendo subsídios para políticas educacionais, visando à melhoria das condições de trabalho, formação e aperfeiçoamento dos recursos humanos.

### **CAPITULO III**

#### **COMPOSIÇÃO E MANDATO**

**Art. 4º** O Conselho Municipal de Educação será constituído por 11 (onze) membros titulares conforme segue abaixo:

I – 2 (dois) representantes da Secretaria Municipal da Educação;

II – 02 (dois) representantes dos docentes das escolas públicas da Educação Básica, da Rede Municipal de Ensino;

III – 1 (um) representante dos pais de aluno de estabelecimento público municipal de educação residente no município;

IV – 1 (um) representante da sociedade civil organizada;

V – 1 (um) representante do Conselho Tutelar;

VI – 1(um) representante da Câmara Municipal de Vereadores;

VII - 1 (um) representante dos diretores das escolas públicas municipais;

VIII - 1 (um) representante dos servidores técnico-administrativos das escolas públicas municipais;

IX – 1 (um) representante das escolas privadas, sendo de uma Instituição que mantenha a Educação Infantil, se houver.

**§1º** Cada membro titular terá um suplente do mesmo segmento representado.

**§2º** Os membros terão mandato de (2) dois anos, podendo ser reconduzidos de acordo com a indicação de seus respectivos segmentos, com renovação de 50% de seus membros.



§3º O Conselho Municipal de Educação será presidido por um de seus membros titulares, eleito em votação do plenário na abertura dos trabalhos do Colegiado, assim como o Vice-presidente, podendo o presidente e o vice-presidente ser reconduzidos ou não, por votação do plenário.

§4º Os conselheiros deverão ter domicílio e residência no município de São Salvador do Tocantins - TO.

§5º O Órgão Executivo, Secretaria Municipal da Educação, deverá assegurar dotação orçamentária e recursos financeiros específicos provenientes do Orçamento da Educação, na manutenção e subsídios ao Conselho Municipal da Educação.

§6º Os representantes da Secretaria Municipal serão indicados pelo Secretário.

**Art. 5º** A nomeação dos membros será feita por ato do Poder Executivo com base na indicação efetuada pelos respectivos órgãos e entidades.

§1º Os Conselheiros, previstos no Art.4º, que deixarem de pertencer às categorias representativas, serão por estes substituídos, no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

§2º Ocorrendo impedimento legal e/ou afastamento do membro titular, será conduzido o seu suplente, para completar o mandato.

§3º Ocorrendo impedimento legal e/ou afastamento do titular e do suplente o seguimento indicará novo titular e suplente para conclusão do mandato.

**Art. 6º** O mandato dos membros do Conselho Municipal de Educação, será considerado vago, antes do término do mandato estabelecido, nos seguintes casos:

- I - morte;
- II - renúncia;
- III – ausência sem justificativa por mais de 03 (três) sessões consecutivas, ou 05 (cinco) alternadas, no período de 01 (um) ano;
- IV – doença que exija licença médica por período superior a 06 (seis) meses consecutivos;
- V – procedimentos incompatíveis com a dignidade da função;
- VI – condenação por crime comum ou de responsabilidade;
- VII - não pertencer à categoria que representa o Conselho.

**Art. 7º** Será permitida a recondução por mais um mandato, a contar da posse, consecutivamente.

**Art. 8º** Após a aprovação da Lei e apresentação dos representantes pelos Órgãos e Entidades, o Prefeito Municipal baixará decreto nomeando os membros que se reunirão para elaborar e aprovar o



Regimento Interno.

**Parágrafo único.** Os suplentes assumirão automaticamente nas ausências e impedimentos dos Conselheiros Titulares, sendo recomendada sua presença em todas as reuniões plenárias, nas quais poderão participar dos assuntos e matérias discutidas, porém somente terão direito a voto, quando em substituição ao titular.

**Art. 9º** São impedidos de integrar o Conselho Municipal de Educação:

- I – cônjuge e parentes consanguíneos ou afins, até terceiro grau do prefeito, do vice-prefeito e dos secretários;
- II – tesoureiro, contador ou funcionário de empresa de assessoria ou consultoria que prestem serviços relacionados à administração ou controle interno dos recursos do Novo Fundeb, bem como cônjuges, parentes consanguíneos ou afins, até terceiro grau, desses profissionais;
- III – pais de alunos que:
- IV- exerçam cargos ou funções públicas de livre nomeação e exoneração no âmbito dos órgãos do respectivo Poder Executivo gestor dos recursos ou prestem serviços terceirizados, no âmbito do Poder Executivo Municipal.

**Art. 10.** Quando os conselheiros forem representantes de professores e diretores ou de servidores das escolas públicas, no curso do mandato, fica vedada:

- I – sua exoneração ou demissão do cargo ou emprego sem justa causa, ou transferência involuntária do estabelecimento de ensino que atuam;
- II – a atribuição de falta injustificada ao serviço, em função das atividades do conselho;
- III – o afastamento involuntário e injustificado da condição de conselheiro antes do término do mandato para o qual tenha sido designado.

#### **CAPÍTULO IV** **DA ESTRUTURA DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

**Art. 11.** O Conselho Municipal de Educação terá a seguinte estrutura:

- I - o Plenário;
- II - a Presidência;
- III - a Secretaria Administrativa.

#### **SEÇÃO I** **DO PLENÁRIO E DAS SESSÕES**

**Art. 12.** O plenário compõe-se dos Conselheiros no exercício pleno de seus mandatos e é órgão soberano de deliberação do Conselho de Educação.

**Art. 13.** O plenário só poderá funcionar com o número mínimo da maioria simples e as deliberações





tomadas por maioria de votos dos Conselheiros presentes à sessão.

**Art. 14.** As sessões Plenárias serão:

- I - ordinárias, quando realizadas na última 4ª (quarta) feira de cada mês, ou extraordinariamente, na forma que dispuser o Regimento Interno;
- II – extraordinárias, quando convocadas pela Presidência ou requerimento subscrito pela maioria simples dos Conselheiros, ou seja, de um terço dos seus membros;

**Parágrafo único.** As sessões terão início sempre com a leitura da ata da sessão anterior que, após aprovada, será assinada por todos os Conselheiros presentes.

**Art. 15.** A cada sessão Plenária do Conselho Municipal de Educação, será lavrada uma ata pela Secretária Executiva, assinada pelo Presidente e demais Conselheiros presentes, contendo, em resumo, todos os assuntos tratados e as deliberações que foram tomadas.

**Art. 16.** As deliberações do Conselho Municipal de Educação serão proclamadas pelo Presidente, com base nos votos da maioria vencedora, e terão a forma de resolução, de natureza decisória ou opinativa, conforme o caso, sendo publicadas em Diário Oficial.

## SEÇÃO II DA PRESIDÊNCIA

**Art. 17.** A Presidência é a representação máxima do Conselho Municipal de Educação, a reguladora dos seus trabalhos e a fiscal de sua ordem, tudo de conformidade com o regimento.

§ 1º A Presidência será ocupada por um de seus membros titulares do Conselho, na sessão de que trata o Art. 4º § 3º.

§ 2º O cargo de Presidente não poderá ser ocupado pelo (a) Secretário (a) Municipal de Educação, tendo este, em comum, todos os demais direitos de um Conselheiro.

§ 3º Caberá ao Presidente do Conselho Municipal de Educação presidir as sessões plenárias com direito a voto de desempate.

§ 4º O Vice- presidente do Conselho Municipal de Educação será escolhido, em votação de seus pares, na sessão de que trata o Art. 4º § 3º.

§ 5º Ocorrendo à ausência também do Vice-presidente, a Presidência será exercida pelo (a) Secretário (a) Geral.



**SEÇÃO III**  
**DA SECRETARIA ADMINISTRATIVA**

**Art. 18.** A(o) Secretária(o) Administrativo do Conselho Municipal de Educação será um(a) servidor(a) efetivo cedido pela Secretaria Municipal de Educação.

**Parágrafo único.** As necessidades de local, pessoal técnico e administrativo, serão supridas pela Secretaria Municipal de Educação, à conta de dotação orçamentária própria.

**Art.19.** O exercício das funções de Secretário Administrativo não eximirá o Conselheiro de participar de comissões.

**CAPÍTULO V**  
**DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS**

**Art.20.** O início dos trabalhos do Colegiado dar-se-á após aprovação e publicação da Lei.

**Art.21.** O Conselho Municipal de Educação deverá reavaliar o Regimento Interno, anualmente, para as devidas adequações às normas vigentes.

**Art.22.** O Conselho Municipal de Educação divulgará em Boletim, Bimestralmente, o relatório de suas atividades e, anualmente, elaborará documento oficial, contendo deliberações, pareceres e outros atos aprovados no exercício.

**Art.23.** Os casos omissos nesta Lei, serão tratados no Regimento Interno e/ou pelo Conselho Municipal de Educação.

**Art. 24.** Revoga-se a Lei nº 382/2014 de 08 de dezembro de 2014.

**Art. 25.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de São Salvador do Tocantins- TO, Estado do Tocantins,  
aos 21 dias do mês de outubro de 2022.

**EDMAR JOSÉ DA CRUZ**  
Prefeito Municipal